

A LUTA PELA FLORESTA E PELA ÁGUA: O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA ALDEIA BEIJA-FLOR

EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS JÚNIOR¹

UEMA, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0003-1512-5909>

FAUSTO ANDRADE SATARÉ MAWÉ²

ALDEIA BEIJA-FLOR, BRASIL

<https://orcid.org/0009-0005-0000-8824>

ELIEYD SOUSA DE MENEZES³

UEMA, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-2473-5621>

RESUMO: *A aldeia Beija-Flor 1 se refere a um território pluriétnico composto pelos povos Tukano, Sateré-Mawé, Dessano, Arara, Cambeba, Baré, Tuyuka, Borari e Mura cujas práticas tradicionais elencam elementos dentro e fora da cidade. Situados em contexto urbano, na cidade de Rio Preto da Eva, estado do Amazonas, Brasil, os povos dessa aldeia reforçam reivindicações identitárias para serem vistos, ouvidos e respeitados em suas especificidades. Realizamos uma oficina de mapas, no âmbito do projeto nova cartografia social, da qual os indígenas mapearam detalhadamente o território, destacando áreas de rituais, roças, coleta de recursos naturais e cursos d'água. O mapa resultante revelou o conhecimento profundo sobre o território e sua relação com a natureza, além de destacar a diversidade étnica na aldeia e as áreas de uso coletivo e sociabilidade. Após intensos conflitos que envolvem ameaças de morte e despejo, os indígenas conquistaram legalmente o seu território e hoje realizam projetos de reflorestamento e cuidam de olhos d'água para preservar os recursos hídricos. Com isso, a dinâmica da conservação dos recursos naturais perpassa uma relação política e cosmológica dentro e fora da cidade.*

PALAVRAS-CHAVE: *Água, Amazônia, florestas, povos Indígenas.*

ABSTRACT: *Beija-Flor village 1 refers to a multiethnic territory composed of the Tukano, Sateré-Mawé, Dessano, Arara, Cambeba, Baré, Tuyuka, Borari, and Mura communities whose traditional practices include elements inside and outside the city. Located in an urban context, in the city of Rio Preto da Eva, state of Amazonas, Brazil, the people of this village reinforce their identity claims to be seen, heard, and respected in their specificities. We carried out a map workshop within the scope of the new social cartography project, in which the indigenous people mapped the territory in detail, highlighting ritual areas, farmlands, collection of natural resources, and waterways. The resulting map revealed deep knowledge about the region and its relationship with nature, highlighting the ethnic diversity in the village and areas of collective use and sociability. After intense conflicts involving death threats and eviction, the indigenous people legally conquered their territory, and today, they carry out reforestation projects and take*

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia PPGCSPA/Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: emmanuelarias@professor.uema.br

² Indígena do povo Sateré-Mawé, Tuxaua Geral da Aldeia Beija-Flor, Rio Preto da Eva, Amazonas, Brasil. E-mail: faustosatere@yahoo.com.br

³ Professora visitante do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Campus Caxias da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: elieyd@gmail.com

care of water pockets to preserve water resources. With this, the dynamics of the conservation of natural resources involve a political and cosmological relationship inside and outside the city.

KEYWORDS: *Water, amazonia, forests, indigenous people.*

Introdução

O imaginário de determinados grupos sociais, cuja percepção urbana é dominante, é permeado por concepções fantasiosas, e até mesmo fantásticas, quando se trata das florestas. Encontram-se neste imaginário lugares intocados e cheios de riquezas de todos os tipos que alimentaram diversas viagens de exploração desde a colonização. Contudo, gostaríamos de falar das florestas reais, aquelas conhecidas pelos povos indígenas. Como florestas estamos designando todo o ambiente, incluindo cursos d'água, animais, humanos e não humanos. Nos inspiramos aqui na definição de Kopenawa e Albert (2015, p. 484-485) “nós, xamãs, dizemos apenas que protegemos a natureza por inteiro. Defendemos suas árvores, seus morros, suas montanhas e seus rios; seus peixes, animais, espíritos xapiri e habitantes humanos”.

Segundo William Balée (1993, p. 231), desde o século XIX, as florestas amazônicas eram consideradas intocadas, segundo o imaginário popular. Tal perspectiva reforça alguns pontos de vista científicos, como a teoria da ecologia cultural fundamentada no determinismo ambiental, sem levar em conta que as sociedades e tecnologias indígenas poderiam ter transformado permanentemente a natureza amazônica. Ainda segundo o autor, estas “sociedades sem estado” no que diz respeito à Amazônia, parecem ter transformado um “rico reino da natureza” num domínio biocultural analiticamente e empiricamente complexo do que jamais foi concebido na mentalidade naturalista do século XIX que, em certa medida, ainda prevalece na ecologia.

Antes do violento processo de colonização europeia da região amazônica (PACHECO DE OLIVEIRA, 1979; NIMUENDAJÚ, 2001; KOCH-GRÜNBERG, 2005; MENEZES, 2020), os povos que aqui viviam manuseavam os recursos naturais de forma a manter um certo equilíbrio. Esta ideia de equilíbrio não pode ser expressa pela conotação essencialista ingênua que a própria noção de equilíbrio carrega. Este conhecimento dos recursos naturais referido aos povos pré-americanos está ligado ao que Claude Lévi-Strauss (1997) chamou de “ciência do concreto”. Em um debate com o funcionalismo britânico, que argumentava que a cultura seria uma resposta às necessidades biológicas, Claude Lévi-Strauss (1997) explica que as plantas não são conhecidas porque são úteis, elas são úteis porque são conhecidas.

O viajante João Barbosa Rodrigues, botânico brasileiro, fez a seguinte observação quanto à classificação das plantas pelos povos indígenas:

Os selvagens, pelo fructo de suas observações, seguiam e seguem um methodo synthetico na classificação das plantas. Designam as especies por nomes tirados dos caracteres das folhas, das flores, dos fructos, ou de propriedades como o cheiro, o sabor, a dureza, a duração, a cor, o emprego, etc., etc. Nenhum caracter essencial lhes escapa. Denominadas as especies, as reúnem em generos, dando a estes o nome da planta que lhes parece typica. Com a reunião dos generos

formam seccões ou familias. Desta divisão formam grupos que dividem em Ybá, madeiras de lei, Ibyrá ou Muyrá, paós, Kaa, hervas, e Icipós ou Cipós, trepadeiras. São tão exactas as suas observações, que se encontram generos e subgeneros em uma só familia, como se fossem agrupados por um verdadeiro botanista.

Especies duvidosas formam generos separados - incertae sedis.

Os generos prendem-se ás famílias com uma denominação geral tirada do que lhes parece principal.

Quando se lhes pergunta, o que é Karanayba?

Respondem: É um Pindó.

O que é Muyrá piranga? Um Komandá. E uma Gabiroba?

Um arará, como se dissessem; são plantas das familias das Palmeiras, das Leguminosas e das Myrtaceas (BARBOSA RODRIGUES, 1905, pp.09-10 [sic])

Sobre este tema Lévi-Strauss (1997, p. 17) aponta o seguinte: “mesmo erro cometido por Malinowski quando pretendia que o interesse dos primitivos pelas plantas e animais totêmicos era-lhes inspirado unicamente pelos reclamos de seu estômago”. Não há uma relação utilitária entre os conhecimentos tradicionais com a biodiversidade, nem está ligado à necessidade biológica. A “ciência do concreto” pode ser descrita pelo que hoje se designa como “conhecimentos tradicionais” associados à biodiversidade, ou seja, conhecimentos aprofundados dos ecossistemas e das classificações botânicas referidos a inúmeros “povos e comunidades tradicionais”⁴.

Objetivamos neste artigo analisar a constituição de um território etnicamente configurado autodefinido como Aldeia Beija-Flor e compreender a relação da dinâmica da conservação dos recursos naturais em uma aldeia situada dentro da cidade. Tal espaço está referido a diferentes povos indígenas, tais como Tukano, Sateré-Mawé, Dessano, Arara, Cambeba, Baré, Tuyuka, Borari e Mayuruna. Na Amazônia brasileira, uma série de pesquisas tem analisado o que se chamou de “indígenas urbanos”, “índios na cidade” (SILVA, 2001; ALMEIDA et al., 2008; MAXIMIANO, 2008; SANTOS, 2008, 2016). Tais pesquisas têm se dedicado a analisar diferentes dinâmicas sociais de organização étnica em espaços urbanos.

Com a articulação desses espaços etnicamente configurados, vemos as cidades serem ressignificadas, cursos d’água, fragmentos florestais ou mesmo uma única árvore em praça pública começa a ser incorporada a partir de uma dinâmica territorial que passa a ter outro valor para os recursos naturais. Dessa forma, podemos nos referir à

⁴ O governo brasileiro, por meio do DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004, alterado pelo DECRETO DE 13 DE JULHO DE 2006, reconheceu uma diversidade de povos e comunidades tradicionais. O DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 apresenta uma noção operacional de “I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

Aldeia Y^{ap}pyrehyt, do povo Sateré-Mawé, no Bairro da Redenção em Manaus - AM, que é especializada na confecção de artesanatos tradicionais para a venda em circuitos locais. Nessa aldeia, os indígenas conseguem a matéria-prima a partir de uma vasta rede de troca, além de circuitos de coleta dentro da própria cidade.

Santos (2008), ao analisar a dinâmica territorial dos Sateré Mawé em Manaus, evidencia que “os membros da comunidade Y^{ap}pyrehyt aprenderam a identificar os locais e as árvores em Manaus e entorno que, durante a Oficina de Mapas (2007), foi apresentado na forma de um percurso feito por homens e mulheres” (SANTOS, 2008, p. 132) (grifo nosso). Como narra a senhora Marly Sateré para Santos (2008), os indígenas construíram uma floresta Sateré na cidade de Manaus.

No âmbito do “processo de territorialização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) dos povos indígenas neste contexto, é oportuna a reflexão de como os agentes sociais constroem suas relações sociais, criam laços de pertencimento em uma existência coletiva e ressignificam o espaço físico, que passa a ter um valor de identidade e de organização social.

A cidade, portanto, passa a ser incorporada ao modo de vida dos povos indígenas, que olham para este contexto urbano e veem muito mais do que concreto armado. As práticas tradicionais reforçam reivindicações identitárias pelos indígenas que lutam também para serem vistos, ouvidos e respeitados em suas especificidades. A cidade é incorporada à natureza por inteiro pelos povos indígenas que passam a vê-la assim, como um todo. Nesse caso, a cidade também é indígena.

A dinâmica social da constituição da Aldeia Beija-Flor

A aldeia Beija-Flor ⁵ é composta por 208 pessoas, organizadas em 59 famílias em um território pluriétnico composto pelos povos Tukano, Sateré-Mawé, Dessano, Arara, Cambeba, Baré, Tuyuka, Borari e Mura. Este território está situado dentro da cidade de Rio Preto da Eva, estado do Amazonas, Brasil, que fica a 81 km da capital Manaus, pela Rodovia Dep. Vital de Mendonça (AM-010). Após o reconhecimento formal, passou a ser designada enquanto Terra Indígena Beija-Flor 1.

Essas famílias indígenas são conhecidas pela prática de confecção de artesanatos tradicionais para atender ao mercado regional e internacional. Tais artesanatos estão relacionados aos grupos étnicos existentes na referida Terra Indígena. Atualmente, esses povos falam as línguas Tukano, Dessano, Tuyuca, da família linguística Tukano Oriental, Sateré-Mawé e Nheengatu do tronco linguístico Tupi e português do tronco linguístico indo-europeu da família latina.

⁵ A partir de uma articulação regional, formaram outras aldeias indígenas no município de Rio Preto da Eva. Atualmente estão articuladas 5 aldeias sob a designação Beija-Flor. Assim, tem-se aldeia Beija-Flor I, II, III, IV, V onde vivem 670 pessoas pertencentes a 12 grupos étnicos diferentes: Tukano, Sateré-Mawé, Munduruku, Cambeba, Baré, Arara, Tuyuka, Dessano, Aborari, Mura, Marubo e Mayoruna. Estas aldeias estão localizadas no município de Rio Preto da Eva. Contudo, este artigo trata somente da aldeia Beija-Flor 1.

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

A aldeia está organizada juridicamente no âmbito da Associação Etnoambiental Beija-flor, que foi criada pelos indígenas como um instrumento de resistência frente às ameaças e pressões que esses povos vinham sofrendo. Atualmente, a aldeia se mobiliza, reivindica seus direitos, procede aos planejamentos e executa projetos por meio dessa Associação.

A escola da aldeia conta com setenta crianças indígenas aprendendo as línguas Tukano e português, além da arte sateré-mawé, com professores das etnias Tukano, Sateré-Mawé e Mura. A escola começou dentro da aldeia Beija-Flor 1 com 20 alunos há alguns anos e, por questões de infraestrutura, o prédio que funciona a escola indígena atualmente está localizado fora da aldeia, na cidade de Rio Preto da Eva. Com isso, as crianças precisam sair da aldeia e caminhar até a cidade para estudar. Uma das reivindicações atuais dos indígenas é que a escola volte a funcionar em um prédio dentro da aldeia.

O início desta aldeia remonta à década de 1990, quando, no ano de 1991, representantes de diversos povos indígenas foram convidados a ocupar uma área particular de 40 hectares de floresta conservada que pertencia ao cidadão norte-americano Richard Melnik (falecido), no município de Rio Preto da Eva, Amazonas, Brasil. Assim, as famílias indígenas dos grupos étnicos Yanomami, Hiskariana, Tukano e Sateré-Mawé aceitaram o convite, a partir do qual iniciaram as atividades agrícolas, construíram habitações e produziram artesanatos que eram vendidos para o Sr. Richard Melnik. Tal artesanato era negociado em uma loja especializada no Centro de Manaus, além de ser vendido para museus nos Estados Unidos, dentre outros países.

A constituição inicial da Beija-Flor 1 é marcada por conflitos internos e externos. Como conta o tuxaua geral da aldeia na citação abaixo, quando os indígenas de diferentes povos chegaram ao que hoje é o território dessas famílias e precisaram conviver com suas diferenças, houve problemas de comunicação fomentados pela diversidade linguística e visões de mundo distintas. Entretanto, com o tempo, houve um diálogo intercultural e a compreensão das alteridades, o que proporcionou o crescimento e reconhecimento da aldeia posteriormente:

Durante a fundação da Comunidade Beija-Flor, foram convidados vários parentes de várias etnias. Então, no começo nós tivemos um pouco de dificuldade de comunicação. Por ser de tribos diferentes, de línguas diferentes. Então, nós tivemos um problema também, de comunicação! Mas aos poucos nós fomos tentando superar, a entender cada parente, os pensamentos deles também. E teve também alguns problemas de tribos. Assim com outras etnias eles diziam: "a minha é mais forte, a minha é melhor, a tua é mais fraca. Eu sou bom pescador, eu sou bom caçador, você não é como eu!" Então tivemos esse tipo de conflito, esse problema no começo. Mas hoje nós começamos a entender e a respeitar cada decisão dos parentes (Tuxaua Fausto Andrade, etnia Sateré-Mawé, 2007).

Segundo Farias Júnior (2009), os indígenas da aldeia Beija-Flor I vivenciaram um longo período de conflitos, ameaças de morte e de despejo impetrados pelo procurador legal do Sr. Richard Melnik, que reivindicava a área de 41 hectares como sua, após a morte do cidadão norte-americano. Este procurador vendeu estes hectares para sua esposa por um valor abaixo do mercado. O casal objetivava devastar a área para a construção de um condomínio habitacional.

Em 2008, o poder executivo de Rio Preto da Eva, por meio da Lei nº 302, de 29 de outubro, desapropriou uma gleba de terras, com 41,63 hectares e perímetro de 2.081,00 metros de extensão, localizada no Sítio Beija-Flor - Comunidade Indígena, de propriedade de Richard Melnik, em favor dos indígenas.

Para efeitos legais a Terra Indígena Beija-Flor corresponde a Terras de Domínio Indígena. De acordo com o Art. 32, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, “são de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena, conforme o caso, as terras havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil” (BRASIL, 1973). O reconhecimento formal enquanto Terra Indígena permitiu aos povos indígenas que ocupam a área uma maior segurança jurídica, garantindo seus modos de vida e práticas culturais.

Quanto às práticas econômicas, a confecção de artesanato e a agricultura são partes fundamentais do sustento dessas famílias que cultivam macaxeira, milho, feijão e outros alimentos de acordo com seu conhecimento tradicional. Além disso, também realizam a pesca, captura de quelônios, caça, coletam frutas, ervas medicinais e outros recursos naturais disponíveis em seu território. A ligação com a natureza e a preservação dos recursos naturais são aspectos centrais na vida da Terra Indígena Beija-Flor 1. Os indígenas conhecem profundamente a fauna e a flora locais, respeitam os ciclos naturais e mantêm práticas agrícolas sustentáveis.

A Terra Indígena Beija-Flor 1 enfrenta desafios como o acesso restrito a serviços básicos de saúde e educação, além de pressões externas sobre seu território devido às atividades como exploração madeireira e o crescimento urbano da cidade de Rio Preto da Eva. No entanto, os indígenas buscam formas de fortalecer sua identidade cultural, promover seus direitos à terra e garantir o bem-estar de seus membros.

O turismo comunitário também se tornou uma atividade importante para a Terra Indígena Beija-Flor 1, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer sua cultura, participar de cerimônias tradicionais, adquirir artesanato local e se aproximar da natureza por meio de acampamentos na floresta organizados pelos indígenas a fim de proporcionar uma experiência próxima do modo de vida dos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Beija-Flor, contribuindo de forma sustentável para a economia da aldeia.

A nova cartografia social

Em meados dos anos 2000, a Aldeia Beija-Flor I enfrentava fortes pressões, incluindo conflitos intensos, ameaças de despejo, riscos de violência e outras formas de agressão direcionadas aos povos indígenas. Outra violência que esses povos sofreram e ainda sofrem é a supressão florestal para a utilização de madeira ocasionada por moradores dos bairros limítrofes com a Terra Indígena.

A partir disso, as lideranças indígenas solicitaram à coordenação do projeto de pesquisa Nova Cartografia Social da Amazônia⁶, a realização de uma oficina de mapas para a publicação de um fascículo com depoimentos e o mapa elaborado pelos próprios indígenas. Dessa forma, em outubro de 2007, realizamos a oficina de mapas com um grupo de quarenta e oito indígenas dos seguintes grupos étnicos: Tukano, Dessana, Sateré-Mawé, Marubo, Apurinã, Mayuruna, Kokama, Baré, Tuyuca e Arara.

A equipe de pesquisa permaneceu na Aldeia Beija-Flor I para as atividades da oficina de mapas, registro audiovisual, rodas de conversas, entrevistas, além de ministração de um curso de receptor de G.P.S. (Global Positioning System) aos indígenas, para que esses pudessem mapear seu território.

Neste fascículo,⁷ foram publicizados depoimentos sobre a história da Terra Indígena Beija-Flor I, os conflitos após o falecimento do Sr. Richard Melnik, a disputa judicial e as reivindicações dos indígenas, bem como o mapa da aldeia, que resultou do processo de autodemarcação. Na oficina de mapas, os indígenas elaboraram os croquis⁸ do território e tomaram os pontos de G.P.S. dos elementos territoriais indicados nos croquis.

Neste processo de auto-cartografia, os indígenas evidenciaram um conhecimento pormenorizado do território, dos recursos naturais como animais, plantas e cursos d'água. Foram cartografadas, pelos próprios indígenas, as áreas de rituais, as chamadas roças⁹, de coleta de ervas medicinais e os cursos d'água, importante recurso para a manutenção do território. Neste sentido, foram indicados dois igarapés: o igarapé do

⁶ “O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais” (PNCSA). Para saber mais, acessar o site <http://novacartografiasocial.com.br/>

⁷ Para ver o resultado do mapeamento social, acesse: <http://novacartografiasocial.com.br/download/20-indigenous-people-in-preto-da-eva-river-city-beija-flor-indigenous-community/>

⁸ O esboço é uma representação do território traçada pelos próprios agentes sociais.

⁹ Almeida, referindo-se às chamadas “roças” das comunidades quilombolas de Alcântara, argumenta que “mais que um modelo de relação antrópica com recursos escassos, a denominada roça compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas (tambor de crioula, procissões e demais cerimônias), em bailes (“radiolas de reggae”), em funerais e batizados” (ALMEIDA, 2006, p. 51).

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

Na ocasião, os indígenas indicaram as áreas de moradias, distinguindo os grupos étnicos por cor, as áreas de roças novas e capoeira, as áreas de floresta, as áreas de coleta de sementes para a confecção de artesanato, as áreas de coleta de ervas medicinais, as áreas de uso coletivo e de sociabilidade, como maloca ritual, maloca de arte e saúde e casa de farinha.

[illegible]

De comunidade indígena à Terra Indígena

Contudo, para os indígenas, a Lei Municipal nº 302/2008 significou uma importante vitória. Tendo em vista que reconheceu o modo de vida dos povos indígena que habitam a referida área, o Poder Executivo

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

Municipal decidiu desapropriar em benefício da comunidade indígena, reconhecendo, assim, o modo de vida diferenciado dos indígenas que garantiu a preservação ambiental da fauna, flora e recursos hídricos.

Insatisfeitos com a decisão do Poder Executivo Municipal que desapropriou a área em favor dos indígenas, a esposa do procurador do Sr. Richard Melnik entrou na Justiça Federal com ação de reintegração de posse contra os indígenas, pois pretendia lotear a área, causando devastação da floresta, para a construção de condomínio habitacional, tendo em vista o aquecimento do mercado de terras na região devido ao grande crescimento urbano.

Em 2012, o Juiz Federal da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária já havia considerado improcedente o pedido de reintegração de posse impetrado pela então esposa do procurador do Sr. Richard Melnik, decretando a Desapropriação Judicial em favor da Associação Etnoambiental Beija-Flor. Segundo a Sentença Judicial: “Cumprir reiterar o *importante serviço ambiental de interesse social* relevante ao MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA e a toda a comunidade, por meio da *preservação da área verde pelos ocupantes do imóvel*.” (JUIZ FEDERAL DIMIS DA COSTA BRAGA, 2012) (grifo nosso), ou seja, ocupada pelos indígenas.

Ainda na Sentença da Justiça Federal, o referido Juiz declara que

Com efeito, o lastro probatório acostado aos autos revela que a *área vem sendo, durante décadas, preservada e utilizada de maneira sustentável por seus ocupantes, sem a constatação de desmatamentos, situação que deve ser mantida*, em vista do disposto no art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar a meio ambiente ecologicamente equilibrado, para as presentes e futuras gerações (JUIZ FEDERAL DIMIS DA COSTA BRAGA, 2012) (grifo nosso)

Novamente, a esposa do procurador do Sr. Richard Melnik recorreu da decisão judicial. No entanto, em 2019, a Justiça Federal, através da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decidiu, por unanimidade, que a referida área pertencia aos indígenas, através da Associação Etnoambiental Beija-flor.

Tal entendimento foi seguido pela Justiça Federal no julgamento do recurso para a reintegração de posse contra os indígenas, em todas as instâncias, com o acréscimo da relevância para a conservação ambiental, como rios e florestas. Segundo o Voto do Relator da Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, é possível pautar dois projetos distintos para a mesma área,

No presente caso a autora pretende construir um loteamento com a terras ocupadas pelos indígenas, de modo que deve ser sopesada a pretensão da autora em face da proteção ambiental do local, garantida pela ocupação dos réus, conforme relatório da inspeção judicial realizada in loco, que constatou a preservação da

área durante décadas (RELATOR CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO, 2019) (grifo nosso)

Tanto a decisão judicial quanto o julgamento do recurso destacam a relevância dos povos indígenas para a conservação da natureza tendo em vista um modo de vida que preservou a área durante décadas. Assim, voltamos à definição de “meio ambiente” para Davi Kopenawa (2015, pág. 484-485), ou seja, não existe meio ambiente, existe a natureza, e esta é indivisível. Nessa visão, tudo o que existe faz parte da natureza. Não dá para separar os cursos d’água da floresta, dos espíritos, dos animais e das pessoas.

Igarapés e florestas: a Terra Indígena Beija-Flor

A Terra Indígena Beija-Flor 1 é atravessada pelo igarapé do Selvagem/igarapé do Seixo, afluente do rio Preto da Eva, que nomeia o município. O rio Preto da Eva é um corpo hídrico estadual, com 289,04km, afluente da margem esquerda do rio Amazonas. O igarapé do Cândido deságua no igarapé do Seixo dentro da Terra Indígena Beija-Flor 1. A designação dada ao curso d’água que corta a Terra Indígena é o igarapé do Seixo. Contudo, a prefeitura de Rio Preto da Eva passou a designá-lo como igarapé do Selvagem.

O rio Preto da Eva, no ponto periurbano próximo à aldeia, possui água corrente, com coloração escura e turva. Apesar da pressão urbana impactar de forma significativa a qualidade das águas, a autodepuração deste rio é um fenômeno que desempenha um papel importante na ciclagem e diluição dos nutrientes, restaurando o equilíbrio do ecossistema aquático após interferências humanas. Esse processo desempenha um papel crucial na manutenção da qualidade das águas da região, contribuindo para torná-las adequadas para banho (FALCÃO et. al., 2021).

O município de Rio Preto da Eva localiza-se dentro do Distrito Agropecuário da SUFRAMA, paralelo ao rio Urubu. Atualmente estuda-se a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) na região do interflúvio rio Preto da Eva/ rio Urubu, denominada Sauim-de-Coleira, para fins de conservação do sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*).

O igarapé do Selvagem/igarapé do Seixo é um curso d’água importante para o cotidiano dos indígenas, ainda utilizados para atividades rituais e recreativas. As nascentes dos referidos cursos d’água não estão dentro da Terra Indígena, ficam próximas de áreas urbanizadas. Os indígenas têm se preocupado com a gestão racional dos recursos naturais, adotando práticas tradicionais agrícolas evitando o uso de agrotóxicos que poderiam contaminar os cursos d’água.

Para os indígenas, é essencial a manutenção da qualidade da água dos igarapés, tendo em vista o uso destes cursos d’água para atividades recreativas e econômicas, como a pesca e a extração de produtos não-madeireiros. Com relação às atividades de pesca, os indígenas costumam pescar espécies de piranha, pacu, cará, jaraqui, matrinxã, entre outras

surpresas. Os indígenas já pescaram peixe da espécie tambaqui e quelônio chamado localmente de tracajá (*Podocnemis unifilis*)¹⁰.

Para frear o crescimento desordenado da cidade de Rio Preto da Eva, o Poder Executivo Municipal criou o Loteamento Morada do Sol, fazendo limite com a Terra Indígena. Na Lei nº 344, de 13 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a criação do Loteamento denominado “Morada do Sol”, na área de expansão urbana de Rio Preto da Eva, o Poder Executivo delimitou a criação de uma área de preservação permanente. Segundo a Lei nº 12.651/12, no Art. 3º, Parágrafo II, a ideia de uma área de preservação permanente, segundo a legislação, consiste em uma

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

Dessa forma, o dispositivo legal do Poder Executivo Municipal ainda destacou no Art. 10, da Lei nº 344, de 13 de dezembro de 2010, a possibilidade de ser repassado o domínio da Área de Preservação Permanente para os indígenas, incorporando à Terra Indígena Beija-Flor I. Assim, também garantiu que “fica também destinada, para efeito de preservação permanente uma área de 29.089,77m² e perímetro de 827,59 m², restante da antiga área do Polo Industrial, *a qual posteriormente poderá fazer parte da Reserva Indígena*” (RIO PRETO DA EVA, 2010) (grifo nosso).

A área entregue pela prefeitura aos indígenas, com a possibilidade de doação real, corresponde aos igarapés do Seixo e do Cândido. Contudo, suas nascentes ainda ficam de fora do perímetro da Terra Indígena. As nascentes são os pontos de origem dos igarapés, onde a água emerge do subsolo ou é alimentada por lençóis freáticos. Elas são fontes de água doce que abastecem os igarapés, regulam o fluxo de águas sendo fontes até em período seco, além de abrigar uma vasta biodiversidade, conservam o solo, controlam a erosão e ainda colaboram para a regulação do clima com a umidade do ar. (MOTA et al., 2023, ALVES et al., 2019).

O ato do Poder Executivo Municipal evidencia a compreensão de que o modo de vida dos povos indígenas é capaz de preservar a natureza como um todo. Dentro da aldeia Beija-Flor I há um olho d 'água que

¹⁰ Segundo o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GT SAUIM/SEMA (2018), “O tracajá possui ampla distribuição em planícies tropicais do norte da América do Sul. Vivem em uma variedade de habitats, tais como: grandes rios, lagos, lagos de meandros, pântanos, brejos e lagoas, ocorrendo nas principais bacias de águas brancas, claras e pretas. Possuem hábitos essencialmente aquáticos. Utiliza ainda bancos de areia para se reproduzir, onde deposita dezenas de ovos. Sofrem grande pressão da caça predatória em toda a bacia Amazônica. Por sua vez, o jabuti amarelo apresenta hábito terrestre, ocorrendo nas florestas tropicais ombrófilas densas ou florestas decíduas, não adentrando em regiões abertas. São quelônios de hábitos solitários e sofre pressão de caça pelas populações rurais e tribos indígenas O seu status de ameaça está relacionado a uma severa redução populacional nos últimos anos” Grupo de Trabalho Interinstitucional - GT SAUIM/SEMA, 2018, p. 18)

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

derrama água no igarapé da aldeia. Os olhos d'água são afloramentos naturais de água subterrânea, assim como as nascentes, e são consideradas, desde 1965 pelo Estado brasileiro, como áreas de preservação permanente (SOUZA ET AL., 2019; IBGE, 2004). Os indígenas cuidam desse olho d'água considerando a sua contribuição para a manutenção dos recursos hídricos no território.

Neste sentido, os indígenas têm executado projetos de reflorestamento das matas ciliares com mudas de árvores frutíferas nativas da região, bem como a produção de mel¹¹. A ideia é reflorestar áreas degradadas nos limites da Terra Indígena Beija-Flor 1, além de distribuir para as outras aldeias. A Terra indígena é composta por floresta com interferência antrópica. Os moradores da vizinhança invadem periodicamente a Terra Indígena para realizar a caça ilegal de aves, mamíferos e quelônios – tracajás (*Podocnemis unifilis*) e jabutis (*Chelonoidis denticulata*), além da utilização da madeira.

É possível assinalar ainda a predominância de mata nativa, tendo em vista o esforço dos indígenas, pois trata-se de uma floresta periurbana com interferência antrópica.

As florestas amazônicas são construções antrópicas, já que ao longo do tempo a flora foi domesticada. Isso significa que há registros arqueológicos e dados da própria ecologia que a vegetação foi manejada há séculos pelos povos indígenas (LEVIS et al., 2017). Dentre as espécies domesticadas apontadas por Levis et al. (2017) estão o cacau, castanha-do-Brasil, açaí, bacaba, pataúá, mapati, seringueira, pupunha e muitas outras espécies que são fontes de alimentação, abrigo ou outros usos pelos povos indígenas até os dias atuais.

Estes agentes sociais classificam os ambientes em: terra firme, lago, igapó, igarapé e chavascal. A terra firme é uma área caracterizada por receber pouca água. Por isso, é na terra firme que as unidades domésticas das comunidades são construídas. A terra firme é classificada em capoeira e mata alta (ou virgem). A capoeira se refere a uma área em que a mata já foi derrubada para alguma atividade produtiva e a utilizam para a roça. Já a mata alta é uma área de uso restrito para conservação ambiental. Trata-se de um local na floresta pouco explorado, cercado por densa vegetação. A floresta fechada atrai o vento e não deixa descampar a beira dos igarapés, tornando o território mais rico em biodiversidade. A percepção de que é preciso assegurar os recursos naturais para as novas gerações é fundamental para os grupos étnicos dessa aldeia.

Os igarapés tratam-se de um pequeno curso de água que corre em um vale estreito ou em um canal natural. São caracterizados por terem uma correnteza mais rápida, águas cristalinas e sombreadas por vegetação densa. Os igarapés são importantes ecossistemas, pois são habitats para uma grande variedade de espécies de peixes, anfíbios e aves, e são fontes de água para os indígenas beberem na ocasião de caça, coleta/extratativismo e nas próprias comunidades quando situadas perto das unidades domésticas.

¹¹ Executaram durante dois anos um projeto financiado pela Fundação Interamericana. Neste projeto foi possível a construção de um viveiro para a produção de mudas.

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

Quando o igarapé seca, por ocasião da sazonalidade, a água represada é conhecida por eles como “lago”. Além do “lago”, os ambientes encharcados, ou seja, que não são de terra firme, são classificados como: chavascal e igapó. O chavascal se refere às áreas de floresta inundada que apresentam uma vegetação densa e emaranhada, que pode ser composta por arbustos, cipós e palmeiras de pequeno porte. Tal inundação pode ou não ser sazonal. Já o igapó se refere à floresta inundável durante a estação das chuvas e é composto por árvores de pequeno e médio porte, que apresentam adaptações para sobreviver às inundações periódicas.

Nestes ambientes, é possível encontrar entre os recursos florestais não madeireiros árvores de açaí (*Euterpe oleracea*), arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), caracru, chumburana, inajá (*Attalea maripa*), lágrimas de nossa senhora, morototó (*Schefflera morototoni*), patauá (*Oenocarpus bataua*), paxiúba (*Socratea exorrhiza*), puka (*Cissus sicyoides* L.), pupunha (*Bactris gasipaes*), taboca (*Guadua weberbaueri*), tento (*Ormosia arborea*), tucumã (*Astrocaryum tucuma*), tucumã (*Astrocaryum acaule*) e turi¹².

Para acessar esses recursos naturais, os grupos étnicos da aldeia Beija-Flor I precisam pedir permissão da natureza para manejá-la. Há uma conversa com ela para que eles obtenham a permissão de usufruir da rica biodiversidade que há em seu território. Essa conversa pode se dar em voz alta, baixa ou apenas pelo pensamento.

O manejo desses recursos depende da sazonalidade, ou seja, do período de seca (verão) e cheia (inverno), época de sol e chuva, respectivamente. O inverno acontece entre os meses de novembro a abril, e o verão nos meses de maio a outubro, sendo o verão forte os meses de agosto, setembro e outubro.

No âmbito das atividades produtivas da agricultura tem-se a limpeza da capoeira e a queima a partir de setembro, quando está no verão forte. No período de transição de uma estação para a outra, começa o plantio. Em janeiro, os indígenas estão plantando banana, cará (tubérculo), mandioca, macaxeira, jerimum, melancia, batata, cana, dentre outros.

É oportuno ressaltar que durante o verão forte as águas dos igarapés não secam totalmente. A percepção dos indígenas quanto a essas águas é que nesse período elas não correm por cima da terra e sim por baixo. Já durante a cheia, a percepção é que as águas dos igarapés ficam paradas.

Nestes igarapés ocorrem a pesca dos seguintes peixes: cará, pacu, matrinxã, piranha vermelha, tambaqui, traíra, tucunaré, jacaré, além de quelônios, como iacá e jabuti. Todos os descritos acima fazem parte da dieta da aldeia.

Nos entornos dos igarapés da aldeia, acontecem a caça de paca, cutia e aves (mutum, nambu galinha, jacamim, juruti, galego).

¹² Segundo Andrade et al. “nas bacias do rio Urubú e rio Preto da Eva foram registradas respectivamente 2.866 e 2.089 espécies, distribuídas entre 160 famílias botânicas, o que representa 5,7% e 4,2% da flora registrada para a Amazônia Brasileira, estimada em 50.000 espécies” (Andrade et al. 2005 *apud* Grupo de Trabalho Interinstitucional - GT SAUIM/SEMA, 2018, p. 14).

JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias; MAWÉ, Fausto Andrade Sataré; MENEZES, Elieyd Sousa de. A luta pela floresta e pela água: o processo de territorialização da Aldeia Beija-Flor. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 218-239, jan./abr. 2024.

Esporadicamente a pesca fora da aldeia pode acontecer, como no rio que dá nome à cidade.

Como instrumento de pesca, são utilizados a malhadeira, o arco e a flecha, além da armadilha tradicional indígena, como o matapi e cacuri. O matapi é uma armadilha que se caracteriza como um cilindro afunilado de boca expandida, sem isca. O peixe entra durante sua saída na vazante, do igarapé ou tributário para o rio principal, e não consegue mais sair” (SOBREIRO, 2007, p. 48).

Já o cacuri é uma armadilha cilíndrica “com abertura lateral afunilada que permite apenas a entrada de peixes, mas não permite sua saída” (SOBREIRO, 2007, p. 48). O cacuri é construído com talas de palmeiras formando duas linhas diagonais convergentes, que se encontram em um ponto no meio. A linha diagonal superior, geralmente, é um pouco mais curta que a linha diagonal inferior. O formato resultante é semelhante a um triângulo invertido. O cacuri é instalado a favor da correnteza para facilitar o aprisionamento do peixe ou do quelônio.

O arco e flecha são dois instrumentos utilizados concomitantemente, sendo confeccionados a partir de uma haste de madeira flexível. O arco precisa estar curvado com as suas extremidades amarradas por uma corda, feita de algodão ou fibra de tucum. A flecha é feita a partir de caule e galhos finos e sua ponta é afiada, preparada para encaixar uma lâmina semelhante ao de um arpão, que é amarrada e finalizada com breu e cera de abelha.

Dentre as madeiras utilizadas pelos agentes sociais estão: o breu branco, louro, cedro, itaúba, copiuba, abiurana, sucupira preta e pau darco, todos situados no ambiente de terra firme; e a copaíba, andiroba, buriti, bacaba, açai, pataúá situados em ambientes encharcados como a beira do igarapé.

É oportuno ressaltar que na aldeia Beija-Flor 1 a socialização ocorre entre humanos e não humanos. Por isso, é comum que animais como os macacos, tucanos, quati, mucura e tamanduá mirim se alimentem e circulem entre as casas no cotidiano.

Etnotrilha do Selvagem

O modo de vida dos indígenas da Terra Indígena Beija-Flor 1, que busca um ambiente ecologicamente equilibrado, mantendo uma área de 41 hectares de floresta e igarapés em um espaço urbano relativamente preservado, chamou a atenção de pesquisadores. Segundo Martins e Batista (2010), o Projeto de Turismo Rural na Agricultura Familiar do Amazonas (TRAF/AM), juntamente com os indígenas, implantou na Terra Indígena Beija-Flor 1 uma trilha ecológica aproveitando o conhecimento concreto dos indígenas sobre o território.

Para a implantação da Ecotrilha do Selvagem, aproveitou-se o caminho pela floresta já utilizado pelos indígenas para circulação no território. Esse caminho passa pelo igarapé do Selvagem/igarapé do Seixo, que inicia logo após as unidades residenciais, e percorre o caminho na floresta até a área de banho no igarapé do Selvagem/igarapé do Seixo,

com aproximadamente 1.100 metros. O nome da Trilha foi definido pelos indígenas tendo em vista o nome do igarapé do Selvagem.

Verifica-se a ocorrência de impactos positivos decorrentes da adoção dos princípios da sustentabilidade em comunidades que realizam o turismo em seu território. Esses impactos são evidenciados quando há um monitoramento efetivo dos recursos naturais, engajamento da comunidade na conservação desses recursos e quando os turistas se responsabilizam pela coleta de resíduos que produzem (BRANDÃO, BARBIERI, REYES-JUNIOR, 2013). Além disso, no âmbito do diálogo promovido pela etnotrilha da aldeia Beija-Flor entre os povos indígenas e os turistas, a visão de mundo desses primeiros é compartilhada a fim de salvaguardar os conhecimentos sobre a natureza em seus aspectos tangíveis e intangíveis.

O planejamento e identificação da trilha observou os recursos naturais ao redor, tais como árvores de diferentes espécies e cursos d'água. Para ornar a trilha, foram feitos totens pelos indígenas. Cada totem possui símbolo da cor que representa os diferentes povos indígenas da Terra Indígena Beija-Flor 1. Compõem a ornamentação da trilha esculturas de aves, mamíferos e répteis esculpidos em madeira para indicar a existência desses animais na trilha, além da identificação de árvores.

Para além de ornamentos, os totens esculpidos em madeira na entrada da etnotrilha representam os grupos étnicos que fundaram a aldeia, são eles: Tukano, Baré, Sateré-Mawé, Tuyuca e Dessano. Em cada totem há grafismos que aludem à história ancestral e mítica desses povos, como a representação da formiga tucandeira do totem dos Sateré-Mawé, os peixes na piracema para os Dessana, os caracóis em formato espiral para os Baré, o grafismo asa de gaivota para os Tukano e os trançados dos Tuyuca.

A placa da entrada, com o mapa da trilha, traz para o visitante algumas orientações: Caminhar na trilha somente com monitores locais, caminhar observando a biodiversidade com o mínimo de ruído, interagir respeitando a diversidade cultural, retirar somente fotos do local mediante autorização prévia do monitor e colaborar com a limpeza da trilha.

Dois pontos nos chamam a atenção: a observação da biodiversidade e a diversidade cultural. Tais avisos convidam os visitantes para estarem atentos com relação à fauna e à flora. No meio do caminho, podem surgir animais silvestres como mamíferos, répteis e aves, além de inúmeras espécies de borboletas e outros insetos. Tais recursos são comuns na Terra Indígena Beija-flor 1.

A trilha percorre os seguintes pontos: portal, centro interativo, unidade produtiva (mandioca), ponte do Selvagem/Seixo, área de armadilhas, centro de apoio, área de banho. Cabe destacar que os pontos visitados pretendem evidenciar um panorama dos modos de vida dos indígenas. Chama a atenção as atividades agrícolas, as áreas recreativas (banho) e a utilização dos recursos naturais com a utilização de armadilhas.

Assim, é possível notar que a trilha resume ou pretende resumir modos de vida, além de fomentar o monitoramento da Terra Indígena, incluindo seus recursos hídricos, questão importante na gestão ambiental que a própria aldeia realiza.

O monitoramento dos recursos hídricos locais é necessário para um melhor direcionamento nas estratégias de gestão ambiental, cuja qualidade do ambiente aquático reflete diretamente na saúde ambiental e pública. Além disso, a implantação de ações que envolvam a conscientização ambiental é extremamente válida e precisa, visto que muito dos problemas relacionados com a poluição do meio estão associados ao dia a dia do ser humano. (FALCÃO, ARCOS, COSTA, 2021).

A qualidade do ambiente aquático possui um impacto direto na saúde tanto do ecossistema, como da população envolvente da cidade de Rio Preto da Eva. É possibilitada pela etnotrilha do Selvagem a realização do monitoramento dos recursos naturais, a conscientização ambiental e valorização da diversidade cultural.

Considerações finais

Como vimos ao longo desse artigo, a Aldeia Beija-Flor I é uma comunidade indígena pluriétnica que, apesar dos desafios, como a falta de acesso a serviços básicos e conflitos sociais, busca fortalecer sua identidade e garantir o bem-estar de seus membros através da manutenção do território com seus conhecimentos tradicionais e modos de vida distintos.

Analizamos a constituição desta aldeia enquanto um território etnicamente configurado e demonstramos a relação da dinâmica da conservação dos recursos naturais em uma aldeia situada dentro da cidade. Com o mapeamento social em parceria com o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, a aldeia Beija-Flor I documentou sua história, lutas e reivindicações. Durante esse processo, os indígenas mapearam detalhadamente o território, destacando áreas de rituais, roças, coleta de recursos naturais e cursos d'água. Também foram identificadas áreas de conflito com a expansão urbana, onde as placas de identificação foram alvejadas por armas de fogo. O mapa resultante revelou o conhecimento profundo dos indígenas sobre o território e sua relação com a natureza, além de destacar a diversidade étnica na aldeia e as áreas de uso coletivo e sociabilidade.

Após intensos conflitos, ameaças de morte e de despejo sofridos pelos povos indígenas da aldeia Beija-flor causados por agentes externos interessados no mercado de terras, a Lei de desapropriação municipal nº 302, de 29 de outubro de 2008, reconheceu a Terra Indígena como propriedade dos indígenas, garantindo sua posse e preservação ambiental, destacando a importância da preservação ambiental e o modo

de vida sustentável dos ocupantes. Essa decisão ressalta a relevância dos povos indígenas na conservação da natureza e reforça a visão de que tudo está interligado na natureza, incluindo cursos d'água, florestas, espíritos, animais e pessoas.

A Terra Indígena Beija-Flor I é atravessada pelo igarapé do Selvagem/igarapé do Seixo e é importante para os indígenas, que o utilizam para atividades rituais e recreativas. Os indígenas estão preocupados com a gestão dos recursos naturais e evitam o uso de agrotóxicos para preservar a qualidade da água dos igarapés. A área entregue pela prefeitura aos indígenas corresponde aos igarapés do Seixo e do Cândido, mas suas nascentes ficam fora do território indígena. Os indígenas realizam projetos de reflorestamento e cuidam de olhos d'água para preservar os recursos hídricos. Os igarapés são importantes ecossistemas, habitat de várias espécies e fonte de água para os indígenas. Os ambientes da região são classificados como terra firme, lago, igapó, igarapé e chavascal, e os recursos naturais incluem árvores frutíferas nativas, mel, pesca de diversas espécies de peixes e caça de animais.

Para compartilhar esse modo de vida e promover uma economia sustentável, os povos da aldeia Beija-Flor construíram a etnotrilha do Selvagem, uma trilha ecológica implantada em um ambiente urbano relativamente preservado, aproveitando o conhecimento dos indígenas sobre o território. A trilha segue um caminho pela floresta, passando pelo Igarapé do Selvagem/Igarapé do Seixo e possui totens esculpidos em madeira que representam os diferentes grupos étnicos da região.

Neste contexto, os povos Tukano, Sateré-Mawé, Dessano, Arara, Cambeba, Baré, Tuyuka, Borari e Mayuruna constituem um território etnicamente configurado autodefinido aldeia pluriétnica Beija-Flor 1. A dinâmica da conservação dos recursos naturais, tais como os cursos d'água na aldeia, perpassam uma relação política e cosmológica dentro e fora da cidade, permitindo, com isso, que todos possam usufruir da natureza inteira, tal como preconiza Kopenawa e Albert (2015).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. A de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília (BR): Edições IBAMA, v. 1. 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de, SANTOS, G. S. dos, LIMA, L. A. P., et al. **Estigmatização & território: mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus**. Manaus (BR): Casa 8, 2008,

ALVES, B. L. A., NASCIMENTO, V. G. S., PEREIRA JÚNIOR, A. Qualidade e uso da água de um igarapé, uma nascente e um reservatório na zona rural do município de Nova Timboteua - PA (Brasil). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.7, n.1. 2019, pp. 048-069.

BALÉE, W. Indigenous Transformation of Amazonian Forests An Example from Maranhao, Brazil. **L 'Homme** 126-128, avr.-déc. 1993, XXXIII (2-4), pp. 231-254.

BRANDÃO, C. N., BARBIERI, J. C., REYES-JUNIOR, E. Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr, 2013, pp. 211-232.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [Acesso em: 27 nov. 2020.] [Disponível em: <https://encurtador.com.br/bISWX>]

BRASIL. **Decreto presidencial de 13 de julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. [Acesso em: 27 nov. 2020] [Disponível em: <https://encurtador.com.br/wOPW4>]

BRASIL. **Decreto presidencial de 27 de dezembro 2004**. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. [Acesso em: 27 nov. 2020.] [Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdjP0>.]

BRASIL. Justiça Federal de 1ª Instância/Seção Judiciária do Amazonas/7º Vara Federal — Ambiental e Agraria. 2019. **Reintegração/manutenção de posse**. Juízo Recorrente: Arlene da Gloria Alves Monteiro. Assistente: Município de Rio Preto da Eva. Advogado do(a) Juízo Recorrente: Laurenio Maia Viga - Am482. Advogado do(a) Assistente: Maria Auxiliadora dos Santos Benigno - Sp236604. Recorrido: Zeila da Silva Vieira, Fausto Andrade Satere, Fundação Nacional Do Índio. Relator: Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. [Acesso em: 27 nov. 2020.] [Disponível em: <https://encurtador.com.br/agoS7>].

BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. [Acesso em: 27 nov. 2020.] [Disponível em: <https://abre.ai/gr2v>]

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região 2012. **Reintegração/manutenção de posse (5146).** Autora: Arlene da Gloria Alves Monteiro. Réus: Zeila da Silva Vieira e Outros. Juiz Federal: Dimis da Costa Braga. Manaus (BR).

FALCÃO, M. M. S., ARCOS, A. N., COSTA, F. S. 2021. Assessment of the environmental quality of water resources along the Preto da Eva River in Amazonas, Brazil. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 15, 2021, p. e107101522560. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22560. [Acesso em: 25 jun. 2023.]

FARIAS JÚNIOR, E. A. **Terras indígenas nas cidades:** Lei municipal de desapropriação nº 302/2008. Aldeia Beija-flor, Rio Preto da Eva, Amazonas. Manaus: UEA Edições, 2009.

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL - GT SAUIM/SEMA. **Proposta de criação de unidade de conservação Área de Proteção Ambiental Sauim-de-Coleira.** Manaus (BR): SEMA, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KOCH-GRÜNBERG, T. **Dois anos entre os indígenas.** Viagens no noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2005.

KOPENAWA, D., ALBERT, B. **A queda do céu:** Palavras de um xamã yanomami — 1a ed. — São Paulo (BR): Companhia das Letras, 2015.

LEVIS, C. et al. Efeitos persistentes da domesticação de plantas pré-colombianas na composição da floresta amazônica. *Science* **355**, 2017, 925931. DOI: [10.1126/science.aal0157](https://doi.org/10.1126/science.aal0157).

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem** – 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1997.

MARTINS, R. S., BATISTA, S. P. M. Planejamento participativo: análise da implantação da Etnotrilha do Selvagem na Aldeia Beija-Flor no município de Rio Preto da Eva. **Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus** - Edição 05 Dez/2010, 2010, pp. 177-189.

MAXIMIANO, C. A. **Mulheres Indígenas em Manaus:** Identidade étnica e organização como forma de construir comunidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2008.

MENEZES, E. S. As práticas no extrativismo vegetal no rio Negro: políticas exíguas, imobilização da força de trabalho de povos indígenas e seu enfrentamento. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 26, n. 58, 2020, 191-218, Sept.

MOTA, F. A .C., LAGES, A. S., BARROS, E. C. S., MARTINS, L. V. S., FERREIRA, P. R. G., MATIAS, A. C. C., FILGUEIRAS, S. J. F., & SILVA, M. L. A importância da mata ciliar e cobertura florestal na preservação das características naturais de uma nascente. **Revista Contemporânea (BR)**, 3(6), 2023, pp. 6582–6602.

NIMUENDAJÚ, C. Excursões pela Amazônia. **Revista De Antropologia**, São Paulo, USP, V. 44 nº 1, 2001.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro (BR): Contra Capa Livraria, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. O 'caboclo' e o 'brabo': notas sobre duas modalidades de incorporação da força de trabalho na expansão da borracha no vale amazônico no século XIX. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro (BR), v.11, 1979, pp. 101-140.

RIO PRETO DA EVA-AMAZONAS-BRASIL. **Lei nº. 302, de 29 de outubro de 2008**. Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para desapropriar, em caráter amigável ou judicial, áreas de terras que menciona, e dá outras providências, 2008.

RODRIGUES, João Barbosa. **Mbaé kaá tapuiyetá enoyndaua** [A botânica e a nomenclatura indígena]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

SANTOS, G. S. **Identidade étnica: os Sateré-Mawé no bairro da Redenção, em Manaus-AM**. Dissertação [Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia], Universidade Federal do Amazonas, 2008.

SANTOS, G. S. **Territórios pluriétnicos em construção: a proximidade, a poiesis e a práxis dos indígenas em Manaus-AM**. [Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia], Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SILVA, R. N. P. **O Universo Social dos Indígenas no Espaço Urbano: identidade étnica na cidade de Manaus/AM**. [Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SOBREIRO, T. **Territórios e Conflitos nas Pescarias do Médio Rio Negro (Barcelos, Amazonas, Brasil)** [Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Biologia de Água Doce e Pesca Interior, Instituto nacional de pesquisas da Amazônia], Manaus, 2007.

SOUZA, K. I. S. et al. Proteção ambiental de nascentes e afloramentos de água subterrânea no Brasil: histórico e lacunas técnicas atuais. **Águas Subterrâneas**, v. 33, n.1, p. 76-86, 2019.

Recebido em: 27/10/2023 * Aprovado em: 09/04/2024 * Publicado em: 30/04/2024
